

Brasília-DF, 10 de dezembro de 2007.

Plantão Nacional: Graça Freire, Paulo Henrique e Moura.**Presentes em Brasília:** Walter, JP, Almiram, Luizão, Rolando, Marcos Botelho, Cosmo.**II Congresso Brasileiro da ABRAHUE – SP:** Luiz Antônio, Janine e Maria Ângela.**9º CONSINTUFRJ:** Léia de Souza.**INFORMES NACIONAIS****FASUBRA NA 4ª MARCHA NACIONAL DA CLASSE TRABALHADORA – 05/11/2007****Participantes da DN:** Léia, JP, Vera, Luizão, Paulo Henrique, Almiram, Juliano, Ricardo, Fatinha, Miguel e Marcos Botelho.**Participantes da Base:** SINTESPB, SINTFUB, SIND.ASSUFOP, SISTA-MS, SINTUFCE, SINDIFES/BH, SINTET-UFU, SINT-UGF, SINTUFEJUF, STU, SINTUF-MT.

Brasília amanheceu coberta por nuvens pesadas no dia 5 de novembro. Mesmo, assim, sob forte chuva, nas primeiras horas da manhã, Técnico-administrativos (as) em Educação das Universidades Brasileiras, respondendo ao convite da FASUBRA, vestiram a camisa azul e, portando faixas que identificam a nossa Federação, concentraram-se no Estádio "Mané Garrincha", somando-se aos milhares de trabalhadores (as), que vieram de todo o Brasil para participar da Marcha em defesa dos direitos da Classe Trabalhadora, organizada pelas Centrais Sindicais. A pauta teve como destaque as lutas em prol da Previdência e Saúde Públicas com qualidade e referenciadas socialmente; mais recursos para políticas públicas – educação e saúde; redução de jornada de trabalho sem redução de salário, além de mais e melhores empregos.

Na avaliação do Movimento, participaram da Marcha cerca de 40 mil trabalhadores (as), que seguiram caminhando em direção à Esplanada dos Ministérios, onde se aglutinaram em torno de uma programação previamente estabelecida pelas Centrais Sindicais organizadoras. Ali, realizaram duas paradas em frente aos Ministérios da Saúde e do Ministério da Previdência e Trabalho, culminando, aproximadamente às 12 horas, com um Ato Público, em frente ao Congresso Nacional, durante o qual foi entregue a Pauta de Reivindicação dos (as) Trabalhadores (as) aos Presidentes do Senado, Tião Viana (PT/AC), e da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia ((PT/SP).

Logo na parte da tarde, dando seguimento à Programação, as Centrais Sindicais e a FASUBRA foram recebidas pelo Presidente Lula. Na ocasião, protocolaram a Pauta de Reivindicações, contendo um eixo de lutas unificadas entre os (as) Trabalhadores (as) do Serviço Público e Privado, do Campo e da Cidade, ante o que o Presidente se pronunciou, enfatizando "a importância da unidade das Centrais, trabalhando as divergências e respeitando as diferenças, tendo por centro da luta as bandeiras que unificam e, assim, proporcionando um avanço das conquistas dos trabalhadores".

Na oportunidade, também, o Ministro Dulci (Secretaria Especial da Presidência) apresentou aos (às) trabalhadores (as) deliberações do Governo, em resposta a alguns itens da Pauta protocolada:

- 1 – Encaminhamento ao Congresso Nacional da Ratificação das Convenções 151 e 158 da OIT;
- 2 – Direito de representação dos (as) trabalhadores (as) das Estatais Federais nos Conselhos das Estatais escolhidos (as) por voto direto pela Base da Categoria.

INFORME INTERNACIONAL**10 de diciembre, Día Universal de los Derechos Humanos**

Promover el respeto a la vida y la libertad

Con libertad y sin violencia aceptemos la diversidad

DERECHOS HUMANOS

APUBA (Asociación del Personal de la Universidad de Buenos Aires)

INFORMES DA CUT**4ª Marcha da Classe Trabalhadora****Movimento sindical conquista, finalmente, as Convenções 151 e 158. Redução da jornada pode virar projeto de iniciativa popular**

Dia 5/12 foram concretizados os três primeiros resultados da 4ª Marcha Nacional da Classe Trabalhadora e também de outras mobilizações realizadas pela CUT neste ano, como o Dia Nacional de Lutas ocorrido em 15 de agosto.

Em audiência com o presidente Lula, com os ministros Luiz Marinho (Previdência), Carlos Lupi (Trabalho), Luis Dulci (Secretaria Especial da Presidência) e as centrais sindicais que realizaram a

Marcha, o Governo Federal anunciou, finalmente, o envio das Convenções 151 e 158 da OIT (Organização Internacional do Trabalho, da ONU) para ratificação no Congresso Nacional.

A Convenção 151 estabelece como princípio de Estado a garantia de negociação coletiva no setor público. Esta convenção, após ratificada, vai precisar de regulamentação que a detalhe. Para tanto, a CUT defende que seja aplicado o projeto de um sistema de negociação permanente no serviço público, com participação dos usuários. Este projeto, elaborado em conjunto pelas entidades dos servidores federais, CUT e o governo, está em fase de conclusão, tendo alcançado consenso na maioria dos pontos.

Já a 158 representa um importante avanço para os trabalhadores da iniciativa privada, pois estabelece, também como política de Estado, o fim da prática da demissão sem justa causa no país. As regras dessa nova realidade vão ser detalhadas em regulamentação, o que vai envolver debate entre sindicatos de trabalhadores, empresariado e Congresso Nacional.

Mais democracia – Outra conquista anunciada ontem, esta de aplicação mais rápida, pois depende apenas de portaria do governo, é a garantia de que representantes dos trabalhadores vão ser eleitos para os conselhos de administração de todas as empresas estatais federais, mecanismo que vai ampliar a democratização nos locais de trabalho e permitir aos sindicatos que acompanhem e exerçam influência nas decisões das empresas.

Artur Henrique, presidente da CUT, destacou que as três conquistas, todas elas integrantes da pauta de reivindicações da 4ª Marcha, comprovam o acerto da combinação entre mobilização permanente e negociação. E que os passos por ela representados ampliam a democratização brasileira.

“A pauta da 4ª Marcha, inserida em nossa luta por desenvolvimento com distribuição de renda e valorização do trabalho, incluía explicitamente as convenções 151 e 158, objetos de nossa luta há dezenas de anos. A eleição de representantes nos conselhos das empresas, por outro lado, atende à reivindicação de maior democracia e representação nos locais de trabalho. Sem dúvida, são conquistas históricas, que atendem gerações que nos antecederam na luta e aquelas que vão no suceder”, disse Artur.

Abaixo-assinado – Sobre a redução da jornada sem redução de salários, bandeira que se destacou na 4ª Marcha, o Governo Federal prometeu abrir negociações no menor prazo possível. A novidade, no entanto, foi o surgimento, durante a audiência, de uma proposta de emplacar a redução da jornada através de um projeto de iniciativa popular, com a realização de um grande referendo nacional.

A idéia veio à tona durante uma conversa entre o presidente Lula e Artur Henrique, enquanto aguardavam o momento de falar ao microfone. A idéia, ainda no plano informal, deverá ser debatida entre as centrais, mas a reação dos presentes foi de entusiasmo. Isso não impediu que o presidente Lula garantisse: “Logo, logo, vocês serão chamados para tratar dessa e de todas as outras reivindicações”.

Mas, ao comentar a alternativa do referendo, Lula disse: “O que me entusiasma nessa possibilidade é o processo de mobilização que vai gerar”. Para Artur Henrique, se a proposta for levada adiante, a data para marcar a conclusão do referendo pode ser o 1º de Maio de 2008.

Para o secretário-geral da CUT, Quintino Severo, o resultado da audiência é mais uma comprovação de que vale a pena participar de mobilizações, e de que essa crença está voltando a crescer entre a militância. “Nos três anos passados, lutamos por aumentos do salário mínimo que ultrapassassem a previsão orçamentária. Conseguimos, assim como fechamos uma política de valorização real do mínimo para os próximos anos, com direito a revisão do acordo em 2011”, relembra. “Agora, em nossa escalada de mobilizações em 2007, barramos retirada de direitos que nos rondavam e ainda fechamos as três conquistas anunciadas ontem à noite. Isso nos dá energia para continuarmos pressionando governo e Congresso para avançar nossa pauta”, afirma.

NOTÍCIAS

Fundações de direito privado atentam contra conquistas da cidadania

6a
Nós, representantes de entidades de servidores e profissionais potencialmente atingidos pela recente aprovação por parte da Alerj de projeto do Executivo estadual criando as fundações de direito privado, no âmbito do setor de Saúde do estado, temos a obrigação de denunciar o perigo para a sociedade brasileira de uma medida que, a um só tempo, vai piorar os serviços prestados pelo SUS e golpear os direitos dos trabalhadores, com o fim da estabilidade e a rotatividade da mão-de-obra.

No afã de aprovar a toque de caixa o projeto do governo Sérgio Cabral, sem discuti-lo profundamente com a sociedade, a Assembléia Legislativa deu de ombros até mesmo para a 13ª Conferência Nacional de Saúde, realizada de 14 a 18 de novembro últimos, que derrotou fragorosamente as propostas de criação das fundações de direito privado. Em peso, os delegados do maior evento da saúde pública brasileira apontaram o aprofundamento das políticas universalistas e de recursos humanos do SUS é a aprovação da Emenda Constitucional 29 como as saídas para a saúde pública brasileira.

Não aceitamos que os servidores públicos e a população se tornem cobaias de um projeto que institui o paradigma do lucro no setor público, interrompe a consolidação do SUS (se chocando com seus princípios) e abandona o projeto de construção de uma carreira única para os profissionais de saúde.

Para Página
mesmo título

Sem falar no precedente que abre para a implementação das fundações em diferentes áreas do serviço público, conforme consta do projeto de lei complementar que o governo federal enviou ao Congresso Nacional.

Não podemos permitir que o serviço público se torne ainda mais vulnerável às interferências políticas (o que certamente ocorrerá com o fim da estabilidade), nem que a grave situação dos serviços públicos, especialmente nas áreas de saúde e educação, recaia sobre os servidores públicos e o povo brasileiro.

A hora é de somar esforços para impedir esse grave retrocesso e reafirmar o direito à saúde pública de qualidade como uma inegociável conquista dos trabalhadores, republicana e democrática.

ASSINAM ESTE DOCUMENTO:

CUT-RJ – CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

CONLUTAS – Coordenação Nacional de Lutas

INTERSINDICAL – Instrumento de Luta e Organização da Classe Trabalhadora

SINMED-RJ – Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro

✓ SASERJ – Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

✓ SINTUPERJ – Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Públicas Estaduais no Estado do Rio de Janeiro

✓ SINDENFRJ – Sindicato dos Enfermeiros do Rio de Janeiro

SINDFONORJ – Sindicato dos Fonoaudiólogos do Rio de Janeiro

✓ SINDPSI-RJ – Sindicato dos Psicólogos do Rio de Janeiro

SINDSPREVRJ – Sindicato dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho e Previdência Social

ANDES-SN/RJ - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

ABENFAR - Associação Brasileira de Ensino Farmacêutico

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

ADUFF/ Seção Sindical - Associação de Docentes da Universidade Federal Fluminense

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CRESS-RJ - Conselho Regional de Serviço Social - 7ª Região

CREFITO – Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional

✓ MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

✓ CMP - Central de Movimentos Populares

Movimento Nacional de Luta pela Moradia/RJ

FAMERJ – Federação de Associações de Moradores do Rio de Janeiro

FAFERJ – Federação de Associações de Favelas do Rio de Janeiro

MUB – Federação de Associações de Moradores de Duque de Caxias/RJ

✓ Frente Internacionalista dos Sem Teto

✓ Instituto dos Defensores dos Direitos Humanos

✓ Movimento Direito pra Quem?

✓ CCOB - Conselho Comunitário da Baía de Guanabara

✓ Projeto Políticas Públicas de Saúde da Faculdade de Serviço Social/UERJ

✓ Mandato do Deputado Federal Chico Alencar (PSOL/RJ)

Mandato do Vereador Renatinho (PSOL Niterói/RJ)

Mandato do Deputado Estadual Marcelo Freixo (PSOL/RJ)

Mandato do Deputado Estadual Comte Bittencourt (PPS/RJ)

Fonte: Fórum de Resistência contra as Fundações

CALENDÁRIO DE ATIVIDADE

DEZEMBRO	
10	Dia Universal dos Direitos Humanos
11	Reunião do FENTAS
12 e 13	Reunião do CNS – Bsb